

Resumo: Após uma introdução, em que situa o tema, no contexto do “Ano Sacerdotal”, o autor examina a incidência do conceito de “povo sacerdotal” no Antigo e no Novo Testamento, o que constitui o núcleo do artigo, em duas partes. Na conclusão, apresenta o sacerdócio ministerial, dos presbíteros, a serviço do “povo sacerdotal”.

Abstract: The article begins with the presentation of the Year dedicated to the priesthood, and widens its focus paying tribute to the idea of the “priestly people” both of the Old and New Testament. With this perspective in mind the nucleus of the article is set forth in two parts. In the conclusion several issues come to the fore, such as the ministerial priesthood and the presbyters at the service of the “priestly people.”

Povo Sacerdotal

*Ney Brasil Pereira**

* O autor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



Introdução

Um amigo, irmão no presbitério, tem qualificado de “obsessão” minha o meu inconformismo com a restrição do termo “sacerdote”, nos documentos romanos pós-conciliares progressivamente empregado somente para os presbíteros, desconhecendo que, antes de “sacerdotes” pelo sacramento da Ordem¹, somos “sacerdotes” pelo sacramento do Batismo². Pelo menos, esta é a terminologia do Novo Testamento, em cujo texto jamais são chamados de “sacerdotes” os apóstolos ou os discípulos dos apóstolos. O próprio Senhor Jesus, a quem a carta aos hebreus, como é sabido, apresenta como “sacerdote”, aliás, nosso “único Sumo Sacerdote” (Hb 8,1), na longa argumentação que é central nesse escrito dêutero-paulino, jamais atribuiu a si mesmo esse título. Aliás, sociologicamente falando, nem poderia fazê-lo, porque ele, segundo Mt 1 e Lc 1, era da descendência de Davi, da tribo de Judá, enquanto os sacerdotes todos eram da tribo de Levi (cf. também Hb 8,4).

Sei que o tema é candente, e foi longamente debatido no Concílio Vaticano II, em cujos documentos, embora com várias concessões, prevaleceu o termo de “presbítero”. Tanto assim, que o decreto sobre a vida e o ministério “sacerdotal” tem como título inequívoco: *Presbyterorum Ordinis* (a “Ordem dos Presbíteros”), enquanto o decreto sobre a formação dos presbíteros, *Optatum Totius*, usa o adjetivo “sacerdotal” para referir-se a essa mesma formação.

Um sinal expressivo dessa tendência em restringir o termo “sacerdote” para o ministro ordenado está no próprio adjetivo escolhido por Bento XVI para denominar este “Ano” especial, instituído para celebrar o

¹ Que significa este substantivo “Ordem”, na expressão “sacramento da Ordem”? No juramento do SI 110,4 encontra-se a expressão “segundo a ordem de Melquisedec”. Que “ordem” é essa? No Brasil, temos a “Ordem dos Advogados”, OAB. Nesse caso, a “classe”, o grupo, dos Advogados. Na sociedade romana havia os vários tipos de “ordem”: a ordem dos senadores, a ordem dos cavaleiros etc. Assim, na hierarquia, a “ordem dos bispos”, a “ordem dos presbíteros”, a “ordem dos diáconos”... A “ordenação” episcopal, portanto, que é o primeiro grau do sacramento da Ordem, é a investidura do eleito na “Ordem dos Bispos”. De modo semelhante, a “ordenação” presbiteral e a diaconal. Voltando ao SI 110,4, a “ordem de Melquisedec” é o tipo de sacerdócio que o autor da carta aos hebreus contrapõe à “ordem” dos sacerdotes do Templo, sacerdotes “segundo a ordem de Aarão”. Não seria preciso lembrar que temos, na Igreja, outros tipos de “ordem”, evidentemente com outro sentido: a “ordem” dos Franciscanos, a “ordem” dos Jesuítas etc.

² Ver o interessante verbete “*Sacerdócio dos fiéis*” in VV.AA., “Dicionário Patrístico e de antiguidades cristãs”, Rio de Janeiro, 2002, Ed. Vozes e Ed. Paulus, trad. do original italiano de 1983.



sesquicentenário do falecimento, do “*dies natalis*”, do santo pároco de Ars, São João Maria Vianney.. Segundo Pe. Antônio Damásio, em breve artigo no Jornal “Opinião”, o conhecido franciscano Frei Antônio Moser, em matéria sobre o “Ano Sacerdotal” numa edição anterior do mesmo Jornal, equivocara-se ao afirmar que “a convocação do Papa chama a atenção para o sacerdócio batismal”. E explica Pe. Damásio: “Toda a programação que envolve este ‘Ano’ em toda a Igreja centraliza-se na pessoa do presbítero e foge a uma compreensão mais ampla do sacerdócio fundamentada pelo Vaticano II”. As motivações para a celebração deste ‘Ano’ apresentadas pela Santa Sé e pela CNBB são claras e segmentadas”³.

Continuo a citar Pe. Antônio Damásio: “O sacerdócio dos batizados chama-se sacerdócio *comum* não porque seja um ministério de segunda categoria. O uso pejorativo da palavra “comum” equivale a reles, sentido ainda usado, infelizmente, na prática, quanto aos ‘leigos’ e ‘leigas’, embora todos⁴ os documentos da Igreja contradigam essa postura discriminatória. Esse assunto já estava superado! Será preciso lembrar que o sacerdócio chama-se ‘comum’ porque é de todos? ‘Comum’ é aquilo ‘que pertence a dois ou a mais de dois, à maioria ou a todos os seres ou coisas’. Viver o sacerdócio ‘comum’ é condição de pertença à Igreja. O dia do Batismo é o dia mais importante na vida de todo cristão católico, qualquer posição que ocupe na Igreja, inclusive o Papa.”⁵

Ainda Pe. Antônio Damásio: “A *Lumen Gentium* articulou, de forma sensata e equilibrada, o sacerdócio comum dos batizados, e o sacerdócio ministerial. Segundo o Concílio, de fato, há uma diferença essencial, e não apenas de grau, entre o sacerdócio comum e o ministerial. Mas cada qual, a seu modo, participa do único sacerdócio de Cristo (cf. LG 10). Há na assembléia papéis diferentes, entre os quais se destaca o ministério da presidência, que não faz do padre alguém superior à assembléia, uma vez que nela se encontra inserido numa função de serviço..” E conclui: “Enquanto povo de Deus sacerdotal, peguemos carona no ‘Ano Sacerdotal’ para reavaliar a qualidade dos ‘sacrifícios espirituais’ que temos oferecido a Deus Pai (cf. 1Pd 2,5) por meio de Cristo, Sumo Sacerdote. Nessa linha de pensamento, ponderamos: o presente ‘Ano Sacerdotal’ é, na verdade, a celebração de um ‘Ano Presbiteral’. A questão das palavras é secundária. A mentalidade que ocultam é decisiva.”⁶

³ Antônio Damásio REGO FILHO, in “*Jornal de Opinião*”, BH, 10 a 16-8-2009, p. 11, na coluna “Formação Litúrgica”, sob o título “O sacerdócio comum dos batizados”.

⁴ Não me parece, pelo visto, que “todos” os documentos contradigam essa postura.

⁵ Id., idib.

⁶ Id., lbid.



Após essa longa Introdução, constituída quase totalmente de uma citação, devidamente identificada, a qual me pareceu, porém, sintetizar de modo adequado a temática, pretendo expor meu pensamento simplesmente apontando e comentando o que temos sobre o “Povo Sacerdotal” no Antigo Testamento, seguindo-se o que nos traz o Novo Testamento, para então chegarmos a uma conclusão.

1 Povo sacerdotal no Antigo Testamento

1.1 “Reino de sacerdotes, nação santa” (Ex 19,6)

Seguindo a ordem canônica, o primeiro texto que temos sobre o assunto encontra-se no livro do Êxodo, na cena do anúncio da Aliança que está para ser celebrada entre Deus e seu povo, no monte Sinai. Por ordem do Senhor, Moisés propõe: “*Assim deverás falar à casa de Jacó e anunciar aos israelitas: Vistes o que fiz aos egípcios, e como vos levei sobre asas de águia e vos trouxe a mim. Agora, se realmente ouvirdes minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim a porção escolhida entre todos os povos. Na realidade, é minha toda a terra, mas vós sereis para mim um **reino de sacerdotes** e uma **nação santa**.*” (Ex 19,5-6)⁷

Tão grande promessa tem como pano de fundo o evento fundador do Êxodo, que foi apenas o começo de uma obra que deverá chegar à plenitude, após o dom da Lei e depois também da prova do deserto, com a entrada na terra prometida. É nesse pano de fundo que o Senhor promete, condicionadamente, a seu povo, que eles serão “um reino de sacerdotes”, tradução literal do hebr. *mamleket kohanim*, expressão que os LXX traduziram como *basileion hieráteuma*, isto é “sacerdócio real”, expressão por sua vez retomada no Novo Testamento pela primeira carta de Pedro (1Pd 2,9)

Mas que quer dizer, afinal, essa expressão: “reino de sacerdotes”? Simplesmente, um povo governado por sacerdotes, como foi o caso do pós-exílio, inclusive na época dos hasmoneus, que eram reis e sacerdotes simultaneamente? Ou algo bem mais grandioso, como o contexto da promessa deixa entrever? Dado o retorno da expressão em textos posteriores, também no Novo Testamento, deve tratar-se aqui da mediação sacerdotal de todo esse povo, escolhido em relação aos outros povos, na linha daquela “bênção” que a descendência de Abraão devia ser para todos os povos da terra (cf. Gn 12,1-3).

⁷ As citações bíblicas serão, salvo observação em contrário, as da tradução da CNBB, 5. ed., 2007.



1.2 Revolta de Coré: “Todo o povo é santo” (Nm 16,3)

Episódio estranho, mas não menos significativo, como uma antítese, é o da revolta do levita Coré contra Moisés e os sacerdotes aaronitas. Deixando de lado as amplas discussões sobre a origem do relato e sua complexidade, trata-se, no texto, de um grupo consciente que se sente excluído, e assim verbaliza seu descontentamento: “*Basta! Todos os membros da comunidade são consagrados, e o Senhor está no meio deles. Com que direito vos colocais acima da comunidade do Senhor?*” (Nm 16,3) Nessa tradução, o termo “comunidade” corresponde a dois substantivos diferentes em hebr. *’edâh* e *qâhâl*, que os LXX traduziram por um só vocábulo: gr. *synagôgê*, “congregação, assembléia”. Os “consagrados”, em hebr. *qdôshîm*, gr. *hágioi*, equivalem a “santos”, consagrados, reservados para o serviço divino..

A resposta de Moisés a Coré justifica a proeminência de Aarão: “*Escutai, filhos de Levi! Parece-vos pouco que o Deus de Israel vos tenha separado da comunidade para vos aproximar de si no serviço da morada do Senhor e para estardes à disposição da comunidade e servi-la? Ele te aproximou de si junto com todos os teus irmãos levitas, e agora ambicionais **também o sacerdócio?***” (Nm 16,8-10)

Nessa resposta de Moisés, se afirma que é Deus quem escolhe e consagra. É, aliás, o que lembra a carta aos hebreus: “*Ninguém deve atribuir-se a si mesmo esta honra, senão aquele que foi chamado por Deus, como Aarão*” (Hb 5,5). Os levitas já tinham uma série de privilégios, especialmente o de “aproximar-se do Senhor”, isto é, servindo-o e servindo ao povo na liturgia sagrada. Ao reclamarem também o sacerdócio aaronita, rebelam-se contra a escolha divina, e querem mais, em vez de mostrarem gratidão. “Por isso, se farão indignos do dom recebido.”⁸

1.3 “Sacerdotes do Senhor, ministros do nosso Deus” (Is 61,6)

No início do capítulo 61 de Isaías encontramos a passagem famosa que o Senhor Jesus proclamou na sinagoga de Nazaré, segundo Lucas, ao dar início à sua vida pública: “*O Espírito do Senhor está sobre mim, pois Ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres...*” (Lc 4,18. citando Is 61,1). Jesus termina a citação no início do v. 2, anunciando o

⁸ Cf. SCHÖKEL, Luís Alonso, “Bíblia do Peregrino”, São Paulo, 2002, Edit. Paulus, p. 257.



“ano da graça”, e omitindo o paralelismo antitético do “dia da vingança”, ou seja, da justiça punitiva de Deus. E afirma solenemente que “*hoje*”, isto é, naquele momento, aquela Escritura estava se cumprindo.

Retomando, porém, o texto de Isaías 61, no v. 6 o profeta anuncia: “*Vós sereis chamados sacerdotes do Senhor, ministros do nosso Deus*, desfrutando da riqueza das nações que afluirá a Jerusalém restaurada (Is 61,6). É como se a prerrogativa sacerdotal de receber as oferendas no Templo fosse agora estendida a todo o “povo sacerdotal”, constituído de “ministros”, em gr. *leitourgoi*, “liturgos”, do nosso Deus. A propósito, é interessante o contraste entre essa visão “sacerdotal” e a da que nos apresenta o primeiro Isaías, quando descreve a vinda dos povos a Jerusalém, não trazendo presentes, oferendas, mas buscando “*a Lei, a palavra do Senhor*” (cf. Is 2,2-4)

1.4 “A todos restituiu o reino e o sacerdócio” (2Mc 2,17)

No final da segunda carta dos judeus de Jerusalém aos de Alexandria, no começo do segundo livro dos Macabeus, convidando-os a celebrarem, mesmo na diáspora, a festa da purificação do Templo, lemos o seguinte: *Nós vos escrevemos esta carta na iminência de celebrar a purificação do Templo. Fareis bem, portanto, em celebrar estes dias. Deus salvou todo o seu povo e a todos restituiu a herança, o reino, o sacerdócio e a santificação, como o havia prometido na Lei...*” (2Mc 2,16-18). Aqui temos, nesta passagem, os dois vocábulos que encontramos na tradução grega de Ex 19,6: *basíleion* e *hieráteuma*. Só que aqui se trata de dois substantivos, “o reino” e “o sacerdócio”, enquanto em Ex 19,6 *basíleion* é adjetivo: “real”, que qualifica o sacerdócio, com o significado que lá apontamos. No texto, após a vitória dos Macabeus, se celebra a nova salvação constituída pela recuperação da “herança”, a terra, do “reino”, a independência, e do “sacerdócio”, o culto restaurado no Templo.

2 Povo sacerdotal no Novo Testamento

2.1 “Vós sois o povo escolhido, o sacerdócio real” (1Pd 2,9)

Escrevendo aos cristãos da “dispersão” nas províncias romanas da Ásia menor (1Pd 1,1), Pedro os exorta: “*Aproximai-vos do Senhor; pedra viva, rejeitada pelos homens, mas escolhida e valiosa aos olhos de Deus*” (2,4). Pois eles, como pedras vivas, formam “*um edifício espiritual, um sacerdócio santo, a fim de oferecerem sacrifícios espirituais,*



agradáveis a Deus, por Jesus Cristo” (2,5). E mais adiante continua: “Vós sois o povo⁹ escolhido, o sacerdócio real, a nação santa, o povo que ele adquiriu, a fim de que proclameis os grandes feitos daquele que vos chamou das trevas à sua luz maravilhosa” (2,9). E continua, retomando o profeta Oséias¹⁰: “Vós sois aqueles que antes não eram povo, agora, porém, são povo de Deus; os que não eram objeto de misericórdia, agora, porém alcançaram misericórdia.”

É evidente que Pedro aqui retoma, além de Oséias 1,9 também Ex 19,6. Mas cito o comentário de Alonso-Schökel: “As palavras ‘sacerdócio’ e ‘santo’ sugerem a Pedro essa exclamação entusiasta, composta de citações e títulos que o Antigo Testamento aplica ao povo de Israel. ‘Raça escolhida... para que proclame o meu louvor’ (Is 43,20): era o Israel ideal que devia voltar à pátria por uma ação nova e original de Deus. É agora o povo cristão.”¹¹ Novamente impõe-se o sentido grandioso da expressão, todos os cristãos participando dessa dignidade sacerdotal prometida.

2.2 “Ele fez de nós reino e sacerdotes” (Ap 1,6; 5,10; 20,6)

O livro do Apocalipse, que é a “revelação de Jesus Cristo”, o Cordeiro imolado, morto e ressuscitado, já no seu início, à sua maneira, retoma o tema do “povo sacerdotal”. De fato, na sua primeira doxologia, dirigida a Cristo, assim se expressa o autor: “*Aquele que nos ama, que por seu sangue nos libertou dos nossos pecados, e que fez de nós **reino e sacerdotes**¹² para seu Deus e Pai, a Ele a glória e o poder, pelos séculos dos séculos. Amém*” (Ap 1,5-6).

No capítulo 5º, logo depois de o Cordeiro receber o Livro lacrado, por ser o único capaz de ‘romper-lhe os lacres e abri-lo’ (5,5), os “quatro Videntes” e os “vinte e quatro anciãos” se prostram e proclamam nova doxologia: “*Tu és digno de receber o Livro e de abrir-lhe os selos, porque foste imolado, e com teu sangue adquiriste para Deus gente de*

⁹ A tradução da CNBB emprega “gente”, para traduzir o gr. *génos*, termo diferente de *laós*, povo.

¹⁰ Oséias 1,6.9 e 2,1.25: cf. PEREIRA, Ney Brasil, “Cheia de graça, a não-Amada?”, art. in “Encontros Teológicos” n. 49 (2008/1), pp. 149-163.

¹¹ SCHÖKEL, Luís Alonso, “Bíblia do Peregrino”, São Paulo, 2002, Edit. Paulus, p. 2907.

¹² O texto da CNBB interpreta os dois substantivos à semelhança do original hebr. de Ex 19,6: “*reino de sacerdotes*”. Mas o autor do Apocalipse é, também aqui, original.



*toda tribo, língua, povo e nação. Deles fizeste para o nosso Deus **reino e sacerdotes**¹³. E eles reinarão sobre a terra” (5,9-10)*

Finalmente, no capítulo 20, na difícil passagem sobre o “milênio”, encontramos a quinta bem-aventurança do livro, dirigida aos mártires “que voltaram a viver” para reinarem com Cristo “durante mil anos”: *“Ditoso e santo é quem participa da primeira ressurreição! A segunda morte não tem poder sobre eles. Eles serão **sacerdotes de Deus e de Cristo** e reinarão com Ele durante mil anos” (20,6)* :

Que significa a expressão, duas vezes repetida: “*reino e sacerdotes*”? Por que não “reino de sacerdotes”, como se exprime Ex 19,6? O substantivo “reino”, no contexto do Novo Testamento, não pode deixar de evocar a realidade central na pregação de Jesus, o “reino de Deus”. Quando o Apocalipse, por duas vezes, atribui a Cristo a autoria de, pelo seu sangue, nos ter transformado nessa realidade, fazendo de nós seu “reino”, assegura-nos estarmos já agora nessa condição escatológica. E isso, não miticamente, mas ao preço da sua morte sacrificial, evocada pela menção do seu “sangue”.

2.3 “Os sacrifícios que agradam a Deus” (Hb 13,15-16)

A carta aos hebreus, que insiste no sacerdócio único do Cristo, chamado por Deus “*sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec*”¹⁴, reconhece, evidentemente, a necessidade da mediação sacerdotal. Vê-a, porém, total e definitivamente realizada por Cristo. Por isso mesmo, não fala, expressamente, num “povo sacerdotal”. Entretanto, exorta-nos a que, “*por meio de Jesus, ofereçamos a Deus um perene sacrifício de louvor; isto é, o fruto dos lábios que celebram o seu nome*” (Hb 13,15, aludindo a Os 14,3). E continua: “*Não vos esqueçais da prática do bem e da partilha, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus*” (13,16). Novamente, como já o faziam os profetas, insiste-se na contraposição entre os sacrifícios rituais do Templo e a prática da solidariedade para com o próximo.

¹³ Observação idêntica.

¹⁴ A longa argumentação, apoiada no Sl 110,4, se estende desde o final do capítulo 4º até o capítulo 10º.



2.4 “O sacrifício santo da oferenda da vida” (Rm 12,1)

De modo semelhante ao autor da carta aos hebreus, também Paulo, sem falar no “povo sacerdotal”, entretanto aconselha a agir sacerdotalmente: *“Eu vos exorto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a oferecerdes vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus: este é o vosso verdadeiro culto”* (Rm 12,1) O “sacrifício”, em gr. *thusía*, é a imolação sacrificial dos próprios “corpos”, isto é, da própria vida, como a seguir o Apóstolo vai concretizar. E o “verdadeiro culto”, em gr. *logikê latreia*, literalmente, “adoração racional”, equivale ao “culto espiritual” que Jesus revelou à samaritana, à beira do poço de Jacó: *“Vem a hora, e é agora, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade. São esses os adoradores que o Pai procura”* (Jô 4,23). Evidentemente, o “culto espiritual” a Deus tem de ser comprovado pela atenção ao próximo, comprovação exigida em tantas passagens do Novo e do Antigo Testamento. Sirva de exemplo, no Antigo Testamento, o oráculo de Oséias 6,6, que Jesus evocou por duas vezes, em discussão com os fariseus: (Mt 9,13 e 12,7): *“É a misericórdia que eu quero, e não os sacrifícios”*¹⁵. E, no Novo Testamento, o esclarecimento de Tiago sobre o que seja a verdadeira “religião”: *Religião pura e sem mancha diante do Deus e Pai é esta; assistir os órfãos e as viúvas em suas necessidades e guardar-se livre da corrupção do mundo”* (Tg 1,27)

Conclusão

Uma vez que o “povo sacerdotal” é um dado recorrente em todo o cânon da Escritura, como conciliar esse dado com a existência e o reconhecimento do “sacerdócio ministerial hierárquico”? Retomando a argumentação de Coré, em Nm 16,3, se “toda a assembléia é santa”, caberia na assembléia uma hierarquia? Não seriam desnecessários mediadores quando há um único Mediador?¹⁶.

¹⁵ Em Mateus, Jesus cita a primeira parte do versículo. O texto integral de Oséias, que resume a constante crítica profética ao culto, é o seguinte, traduzindo-o com alguma paráfrase: *“É a solidariedade que eu quero, e não animais imolados; o conhecimento de Deus, que leva à prática da justiça (cf. Jr 22, 16), mais do que animais queimados”* (Os 6,6).

¹⁶ Cf. 1Tm 2,5: *“Há um só mediador entre Deus e a humanidade, o homem Cristo Jesus”*.



O fato é que qualquer grupo organizado precisa de coordenação. Foi, aliás, o que reconheceu o próprio Senhor Jesus, ao esclarecer a seus discípulos, numa das várias disputas de liderança entre eles: “*Quem dentre vós quiser ser o maior, seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós, seja o servo de todos*” (Mc 10,43-44). Isto é, Jesus reconhece que haja “primeiros” entre os seus, desde que “servidores”. Indicou também “mediadores” para o perdão que, em última análise, é Ele quem concede: “*A quem perdoardes os pecados, serão perdoados; a quem os retiverdes, serão retidos*” (Jo 20,23). Incumbiu a Pedro de “apascentar as ovelhas do seu rebanho” (Jo 21,15-17), quando é Ele o único “Pastor verdadeiro”, o único digno desse nome, porque disposto a “dar a vida por suas ovelhas” (cf. Jo 10,11).

Assim, nos últimos textos do Novo Testamento já encontramos os conhecidos termos de “presbíteros”, “episcopos”, “diáconos”, logo claramente hierarquizados nas cartas de Inácio de Antioquia, de inícios do século II¹⁷. A Clemente Romano, na sua carta aos coríntios, cerca do ano 95, dez anos antes de Inácio, atribui-se a incipiente sacerdotalização desses ministérios, retomando a linguagem do Antigo Testamento.¹⁸

Antes de terminar, uma citação de Martins Terra: “O sacerdócio comum dos fiéis não existe sem a mediação sacerdotal de Cristo: vários textos do Novo Testamento o atestam claramente, como o da 1Pd 2,9. Atestam igualmente que a mediação de Cristo se torna presente na diversidade dos lugares e dos tempos por meio dos “ministros de Cristo”. A capacidade deles não é de origem humana, mas divina (2Cor 3;5). Deus mesmo os torna “*ministros idôneos da nova aliança*” (2Cor 3,6). Eles realizam o “*ministério da reconciliação*” (2Cor 5,18), não com própria autoridade mas como “*embaixadores de Cristo*” (2Cor 5,20). São considerados “*ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus*” (1Cor 4,1). Em nome de Cristo “sumo sacerdote digno de fé” (Hb 3,1-6), transmitem com autoridade a “palavra de Deus” (Hb 13,7). Em nome de Cristo “sumo sacerdote misericordioso” (Hb 2,17), “velam pelas vidas dos seus e disso devem prestar contas (Hb 13,17). São, por conseguinte, estreitamente associados

¹⁷ QUASTEN, Johannes, “Patrología”, vol. I, BAC, Madrid, 1968, pp. 73-80.

¹⁸ Id., *ibid.*, pp. 52-63.



ao sacerdócio de Cristo, embora no Novo Testamento não recebam, explicitamente, o título de sacerdotes”¹⁹.

Que neste “Ano Sacerdotal” possa crescer em nós, presbíteros, a consciência da dignidade do “Povo Sacerdotal” ao qual servimos e cuja Eucaristia presidimos, com humildade e ao mesmo tempo com a consciência da grandeza da missão que recebemos. Com a consciência, também, a exemplo do Santo Cura de Ars, de que o nosso sacerdócio ministerial é “o amor do Coração de Jesus”. Isto é, o amor daquele que *deu a vida por nós*, e que por isso espera que nós, seus ministros, *também demos a vida por nossos irmãos e irmãs* (cf. 1Jo 3,16).

Endereço do Autor:

Caixa Postal 5041
CEP 88040-970 Florianópolis, SC
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br

¹⁹ MARTINS TERRA, João E., “Bíblia e Sacerdócio”, número especial da “Revista de Cultura Bíblica”, São Paulo, 1996, Loyola, vol. 20, n. 79/80, p. 74.